Uma relação entre a transição social e a indefinição educacional

Elma Júlia Gonçalves de Carvalho

Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil.

RESUMO. O interesse principal desta discussão é examinar as mudanças que vão sendo processadas nos comportamentos, papéis e funções sociais diante das alterações vivenciadas na forma de os homens produzirem a vida material. O trabalho visa evidenciar o quanto as lutas, conflitos e contradições, reveladas com maior profundidade e frequência nos momentos de transição social, produzem sentimentos de dúvidas e incertezas quanto aos valores que determinam a postura correta dos homens dentro da sociedade e quanto ao que deve ser ensinado às novas gerações. As questões que buscamos abordar dizem respeito ao séc. V a.C., período que corresponde à transição da sociedade *arcaica* para a *clássica*.

Palavras-chave: educação, dúvidas, transição social.

ABSTRACT. Relationship between social transition and educational indefiniton.

Transformations processed in behavior and social roles experienced in providing livelihood are discussed in this paper in order to verify the extent struggles, conflicts and contradictions revealed with greater depth and frequency during social transitions cause feelings of doubts and uncertainties with regard to the values that determine the correct attitude of human beings in society and to what should be taught to future generations. The problems were experienced by the Greeks of the 5th century B.C., in the transition from archaic to classical society.

Key words: education, doubts, social transition.

Tomando por base o pressuposto de que as categorias abstratas são expressões teóricas das relações de produção, ou seja, de que os homens, ao estabelecerem as relações sociais de acordo com sua produtividade material, produzem, também, princípios, idéias e categorias (Marx, 1985:106), intentamos analisar a educação como uma atividade condicionada, em última instância, pela teia de relações que constituem a vida real dos homens.¹ Na medida em que este processo se realiza através de lutas e conflitos entre interesses distintos, as representações aparecem como manifestações das diferentes posições que os homens tomam diante da realidade. Este fato torna-se mais visível, sobretudo, nos períodos de transição social, cuja desarticulação do modo de vida tradicional possibilita o aguçamento dos conflitos. Consideramos ser esta a condição

fundamental para melhor compreender como as indefinições se introduzem na ação educacional.

Pretendemos, através de alguns autores que viveram no século V a.C. na Grécia Antiga, apontar quais as mudanças ocorridas na forma de vida da pólis ateniense, devido à guerra do Peloponeso (431-404 a.C.). Tais mudanças irão provocar o desaparecimento de comportamentos tradicionais, como o respeito às leis, à justiça, aos laços e tradições familiares e às crenças religiosas, que foram substituídos por novos comportamentos, cujas marcas são o individualismo e o relativismo crescentes. Essas alterações sociais dão origem a inquietações entre os homens que divididos por vontades e por argumentos contraditórios entre si, hesitam entre o respeito aos padrões de comportamentos passados e a aceitação de novos. Insegurança, instabilidade, angústia e incerteza são marcas desses tempos conturbados em que os homens sentem-se desamparados, “como se não tivessem o chão em baixo dos pés.”

Diante dessas indefinições sociais, que postura assumiriam aqueles que pensavam na educação das

¹ Pensar a educação, nesta perspectiva, significa compreendê-la como algo mais amplo do que a atividade institucional. Significa ultrapassar os limites da prática pedagógica para concebê-la como um fenômeno social, ou seja, como algo que vai sendo construído a partir das necessidades materiais surgidas em cada momento da sociedade humana.

novas gerações? É para esta questão que procuraremos chamar a atenção a fim de despertar maiores debates e reflexões.

Para melhor entender as dúvidas e indefinições geradas no seio da transição social, vamos analisar o pensamento de homens que viveram e sofreram esse momento. Para isso, priorizamos a literatura que os representa através de personagens e situações do cotidiano das pessoas que viveram impasses na sociedade ateniense, perguntando-se como agir diante do novo que se apresentava. Assim, temos Aristófanes (457-327 a.C.) como principal fonte de investigação, pois sempre escreveu suas comédias pensando em dar ao público que o ouvia maior consciência sobre o que ocorria na Atenas de seu tempo.

Dúvidas e indefinições sociais

A Guerra do Peloponeso alterou profundamente as condições da vida ateniense. Rompendo com o equilíbrio do mundo grego, cujas cidades foram envolvidas em conflitos incessantes, provocando a ruína e a aniquilação de sua maioria. De acordo com Tucídides (1987, I-23:28-9): “Nunca tantas cidades foram capturadas e devastadas (...) Nunca tanta gente foi exilada ou massacrada.” Também provocou a destruição dos campos pelos exércitos inimigos, obrigando a população a refugiar-se na cidade em busca de sobrevivência. O fluxo do camponês para a cidade castigou muito a população, que por falta de instalações adequadas, passou a viver em condições deploráveis, tornando vulnerável a sua existência.

Quais são as expectativas de vida no espaço das guerras entre os próprios gregos? Como os homens enfrentaram as alterações e as contradições nos relacionamentos? Qual o modelo de homem necessário para essa sociedade em transformação?

Aristófanes, em *Pluto* (388 a.C.), leva para o teatro uma preocupação em torno dos comportamentos sociais que, antes considerados corretos, não estavam garantindo a riqueza para os cidadãos. Vivendo este drama, o personagem Crêmilo expressa as dúvidas quanto aos princípios que deveriam ser seguidos para se viver bem.

(...) Eu, apesar de ser homem temente aos deuses e justo, corria-me a vida mal e era pobre (...) Mas enriqueciam outros que são sacrílegos, oradores e sicofantas² e velhacos (...) Então, fui consultar o deus,

quase acreditando já que a minha vida de desgraçado estava com o fôlego gasto, para saber se o meu filho, que por acaso é o único, deve mudar o seu caráter e ser velhaco, injusto, sem nada de bom, porque eu pensava que é isto mesmo que convém à sua vida.
(Aristófanes, 1989 a:21-2, vs.27-37).

Esta preocupação do poeta, revela que a antiga forma de agir, baseada na tradição e em princípios religiosos, não levava à ascensão social, motivo pelo qual se perguntava sobre qual seria a melhor formação para os cidadãos gregos. O problema de Crêmilo já mostra a falta de clareza quanto a uma possível resposta. Suas perguntas são aquelas feitas por qualquer homem cercado por contradições. No seu caso específico, originam-se da constatação da nova vida do camponês, que passou a viver em condições deploráveis na cidade, renunciando à forma tradicional de sobrevivência, substituindo valores, hábitos e comportamentos correspondentes à vida rural por outros mais adequados à vida na *pólis*.³ Crêmilo vive as transformações sociais, acompanha a desagregação da velha forma de viver no campo, os desatinos da democracia e as perdas econômicas que restringem as possibilidades de sobrevivência. Conseqüentemente, vê o futuro como incerto e desconhecido. Sentimentos de dúvida, insegurança, descrença no que já existe, e desconfiança e espanto diante do novo que se apresenta tornam-se comuns aos homens dessa época.

Não é só Crêmilo que nos fala dessas dúvidas. Em *Os Acarnenses* (425 a.C.) e em *A Paz* (421 a.C.) Aristófanes acentua bem os contrastes entre os que estão a favor e os contra a continuidade da guerra, revelando-nos porque nem todos estavam interessados em estabelecer a paz. A população urbana não via na paz as mesmas vantagens que os proprietários rurais; o fim da guerra significava para ela o fim dos soldos dos militares e das vantagens materiais obtidas pelos tributos recolhidos das cidades vencidas. Enquanto o camponês, martirizado pela guerra e vítima constante das incursões inimigas, ansiava pelas tréguas, os militares, cujos proventos dependiam da guerra, estavam sempre dispostos a votar pela sua continuidade, a alimentar indefinidamente o conflito, pois, contraditoriamente, isso significava manter a própria sobrevivência. Na cidade não há consenso e a fala de Hermes faz com que pensemos no quanto é difícil conviver com a certeza de que a felicidade de uns é a desgraça de outros. Como comportar-se diante de tal realidade?

² Sicofantas eram delatores, considerados os piores parasitas da democracia ateniense.

³ Quando o homem substitui a vida no campo pela vida na cidade, ele rompe com a forma de vida isolada e passa a viver relações bem mais complexas, determinadas pela diferenciação das atividades entre os grupos e entre os indivíduos. Isto porque a vida na cidade pressupõe a divisão do trabalho, a separação da

produção agrícola, da artesanal e do comércio e, necessariamente, a separação entre campo e cidade.

Hermes: Depois, quando as cidades sob o vosso império vos viram encarniçados uns contra os outros, de dentes arreganhados, armaram-vos quantas tramóias podia haver com medo dos impostos, e, à força de dinheiro, chamaram a si os mais poderosos de entre os Lacônios. Estes, que são uns gananciosos e uns velhacos para os estrangeiros, correram com a Paz - um escândalo! - e agarraram-se à Guerra. E já se sabe, o ganho desses fulaninhos foi a desgraça dos lavradores. As nossas trirremes iam daqui e, por represália, devoravam as figueiras dos pobres coitados, que não tinham culpa de nada. (Aristófanes, 1989 b:67, vs.620-28).

Os constantes ataques e defesas de guerra alteraram profundamente a vida política de Atenas. O poderio militar marítimo, reforçando o poder da população urbana, representou a destruição mais rápida do poder político da aristocracia rural e dos habitantes do campo. O aumento da população urbana, especialmente dos comerciantes, industriais, marinheiros e soldados, traz novos homens ao cenário político, cuja influência sobre a população é cada vez maior.⁴ Duas alternativas, duas possibilidades, duas direções: qual delas traria maior bem-estar aos cidadãos, à cidade? Ficar com a velha oligarquia ou pôr-se ao lado dos novos ricos? São decisões que não deixam de acarretar dúvidas.

Segundo a comédia, o trabalho deste novo sujeito político, o comerciante que ocupa o espaço de antigas lideranças, favorece situações moralmente condenadas. Familiarizado com os negócios, esse tipo está *calejado* na arte de enganar o próximo. Como líder das massas, faz do discurso a arma principal para manobrar os que estão conturbados pela fome e pela dificuldade de encontrar meios de sobrevivência, compelindo-os facilmente a se entregarem aos ganhos imediatos ou aos interesses oportunistas. Em *Os Cavaleiros* (424 a.C.) Aristófanes chama a atenção para o fato de como o demagogo se beneficia da vulnerabilidade do povo à sua bajulação.

Coro: Ó Povo, que belo império o teu! Todos te receiam como a um rei. Mas és tão fácil de levar! Gostas de ser engraxado, enganado, ficas de boca

aberta perante os oradores (Aristófanes, 1985:99, vs.1114-20).

Ser enganado ou deixar-se enganar é uma preocupação nova de todos nessa sociedade. O povo deixa-se corromper, fingindo não ver a corrupção que o cerca, numa ingenuidade aparente. O indivíduo coloca-se numa posição passiva também aparente, mas, de fato, vai alimentando os novos interesses políticos e beneficiando-se dessa cumplicidade. Na luta pela sua sobrevivência, mantém práticas viciosas.⁵ Muitos entregam-se aos oportunistas numa relação ambígua: votam no demagogo para poder explorá-lo depois. Esse é o jogo de tirar vantagem que Aristófanes denuncia.

Povo: (...) Por minha parte, gosto da minha papinha todos os dias, e estou disposto a sustentar um ladrão de um chefe político. Mas quando o tipo está cheio, mando-o ao ar com um pontapé no rabo. (Id. ibid:99, vs.1122-31).

O autor aponta para a dissolução dos comportamentos tradicionais, para o abandono, pelo homem público, dos interesses da comunidade. Nem mesmo os camponeses que choram pela paz podem ser considerados idôneos. Perderam as terras e os antigos valores. O patriotismo desapareceu, ora por desejo de maior poder ora por desejo de permanecer sem fome. O que substitui esses antigos valores de preservação orgulhosa da *pólis*? Como bem diz o nosso personagem:

Hermes: Pois bem, quando os trabalhadores vieram dos campos para se refugiarem aqui, não deram conta de que estavam a ser vítimas de uma negociata parecida.⁶ Depois, privados do seu bagacinho, gulosos de uns bons figos, viraram-se para os oradores. E estes, fartos de saberem que os pobres estavam esgotados e carecidos de pão (...) A cidade, macilenta, tolhida de medo, todas as calúnias que lhe atirassem, devorava-as com gozo. E eles, os estrangeiros, ao verem as pancadas que iam apanhando, enchiam de ouro a boca dos que se entregavam a esse ofício. De tal modo que os tais fulanos ficavam ricos, enquanto a Grécia se ia esvaziando, sem que vocês dessem por ela. E o autor desta história toda era um negociante de curtumes.⁷ (Id. ibid:67-8, vs.633-48).

⁴ É da classe dos comerciantes e industriais que saem as novas figuras políticas que sucedem a Péricles, Eucrates, Lisicles, Cleon e Hiperbolo, escolhidas pelo povo.

⁵ Aproveitando-se da situação de miséria e fome, os políticos distribuem alimentos gratuitamente, efetuam pagamento para os pobres assistirem aos espetáculos e concebem aumento de salários para a participação nas assembleias e tribunais, de um para três óbolos. Para dar execução a estas generosidades, eles promovem perseguições aos mais abastados, extorquem os fundos necessários para o pagamento dos serviços públicos, confiscam os bens das cidades aliadas, perseguem inimigos políticos, magistrados e generais, na prestação de contas, com eternas suspeitas de conspiração e deslealdade. São estas as maneiras de buscar recursos para manterem demagogicamente sua projeção política. Dessa forma, beneficiavam-se da guerra, pois a paz não comporta este tipo de manobra.

⁶ "Hermes retoma sua argumentação sobre as causas da guerra para demonstrar que o que se passou entre os espartanos, exploração de uns em benefício de outros, teve uma réplica fiel em Atenas. Aí também os lavradores, as vítimas inocentes do conflito, refugiados dentro das muralhas da cidade, foram procurar a solução para o desespero que os afligia junto aos políticos, não menos venais que os de Esparta" (Aristófanes, 1989 b:125).

⁷ Referência a Cleon, negociante de couros, que exerceu uma grande influência sobre as assembleias durante a guerra e, através de seus discursos, compeliu o povo a recusar-se a negociar a paz.

Os *papéis sociais* também mudam, e essa modificação, apreendida em seus momentos de transição, é muito angustiante. Aristófanes também nos revela isso quando denuncia que a base das relações escravistas está sendo subvertida. Essa subversão estaria acontecendo porque, com a Guerra do Peloponeso, os trabalhos no campo tinham sido abandonados, e o senhor, temendo que seus escravos desertassem, trazia-os para a cidade. Como estes não tinham nada para fazer e não precisavam acordar cedo, tornavam-se *preguiçosos e indolentes. A falta do que fazer*, ou seja, a mudança no trabalho, vai descaracterizando também a figura do dono de escravo, que vai perdendo a autoridade. Em *As Nuvens* (422 a.C.), o personagem *Estrepsíades* diz estar perdido, pois a guerra deixa as coisas de pernas para o ar, ou seja, a guerra tinha abalado os limites do poder e da obediência. Este antigo senhor de escravos conta-nos seu espanto diante das mudanças no mundo:

*Estrepsíades:(...) Eu juraria há muito tempo ter ouvido o canto do galo. E o que se dá com esses escravos? Roncando ainda assim. Que desaforo! Pelos deuses! As coisas por aqui eram bem diferentes, certamente nos velhos tempos, antes dessa guerra! Maldita guerra! Arruinou Atenas. Não se pode se quer, de agora em diante, chibatear sem dó nossos escravos, pois, se o fizermos, os escravos fogem e vão se apresentar aos espartanos.*⁸ (Aristófanes, 1988:55).

O número elevado de escravos,⁹ além da dificuldade particular de sustentá-los, gerava problemas cada vez maiores na sociedade. Em vista disso, o que fazer com esse excesso? Libertá-los? Isso já acontecia. Os escravos que tomaram parte na batalha naval de Arginusas, por exemplo, foram libertos, passando a ter os mesmos direitos do cidadão. Essas mudanças, acontecidas muito rapidamente, eram difíceis de *digerir*. Como enfrentar novas atitudes? O que ontem era escravo, hoje é cidadão! Onde ficam as antigas convicções?

Em *A República dos Atenienses*, Xenofonte (séc. IV a.C.) revela-nos que em Atenas devido à guerra, já não existia mais um limite que separasse ou distinguísse um cidadão pobre de um escravo ou de um meteco. (*Apud*: Austin e Vidal Naquet, 1972:267). Os papéis sociais, as funções antes estabelecidas, as *classes* estavam perdendo a precisão. A incapacidade de distinguir os homens de forma

rápida já era um sinal das confusões e indefinições próprias da mobilidade social.

Essa confusão de papéis sociais não está desligada da necessidade de sobrevivência de cada um. Mudanças no trabalho, nos ganhos, nas formas consentidas para um homem manter-se vivo, tudo está relacionado. Com a guerra, os problemas econômicos e sociais aumentam, a miséria torna-se ainda mais acentuada, as contínuas batalhas, com a conseqüente devastação dos campos, interrompem a possibilidade da produção agrícola. Devido às fugas de escravos, a guerra leva à paralisação da exploração das minas de Láurio, à diminuição das atividades artesanais e ao declínio das trocas comerciais, gerando dificuldades de abastecimento e escassez de alimentos. A cidade não oferece aos camponeses arruinados condições de nela sobreviverem. Os homens livres empobrecidos encontram pouco trabalho, tendo ainda que competir com o escravo nas oficinas de tecelagem, arquitetura e construção de navios, que os homens ricos de Atenas tinham em suas moradas.

Diante das novas condições sociais, as comédias não deixam de pôr à mostra a indefinição daquela sociedade, onde *“nada permanece em pé”*. A profunda instabilidade social gera sentimentos de angústia e insegurança quanto à manutenção da própria vida, e estes sentimentos estão presentes no dia-a-dia do homem, como pode ser visto em *A Paz*, num diálogo entre pai e filho,

Trigeu: (...) O que acontece é que perco a cabeça quando vocês me vêm pedir pão, a chamarem-me ‘papá’, e, em casa, de dinheiro nem migalha, nem um pataco para amostra. (Aristófanes, 1989 b:36-7, vs.115-24).

A guerra permanente e a pauperização das massas encorajavam a utilização do soldado mercenário, estranho aos interesses da cidade, que lutava por quem lhe pagasse mais. Essa substituição do soldado-patriota pelo soldado-mercenário seria um outro elemento de instabilidade ou incerteza para os gregos desse período. Tal prática não garantia a segurança de nenhum cidadão, uma vez que a lealdade era apenas uma questão de melhor preço. Como confiar nos exércitos feitos para defender uma Cidade-Estado? Como exemplo citamos *Timóteo de Atenas*, em 375, registrado em *Econômico II*:

Fazendo a guerra perto de Cócira¹⁰ e encontrando-se sem recursos, os soldados reclamaram-lhe o pagamento; já não aceitavam obedecer-lhe e falavam mesmo em desertar para o inimigo; (In: Austin e Vidal-Naquet, 1972:287-8).

⁸ “As invasões anuais da Ática pelos espartanos, durante os primeiros anos da Guerra do Peloponeso, permitiam que os escravos atenienses maltratados ou descontentes facilmente desertassem para o inimigo, e o temor de tais deserções era comum em Atenas”. (Aristófanes, 1988:135).

⁹ De acordo com Perry Anderson, “no século V havia talvez 80 a 100 mil escravos em Atenas para 30 a 40 mil cidadãos” (Anderson, 1982:40).

¹⁰ Em 375 a.C.

Esta nova figura social - o mercenário - descrita como “homens sem pátria, desertores e, enfim, os cúmplices reunidos de todos os outros crimes,” substitui um modelo antes desenhado para morrer pela pátria. Isócrates (436-338 a.C.), atordoado pela nova qualidade do *defensor* da *pólis* e pela impotência educacional diante do crescimento numérico dessa figura, diz: “por pouco que lhe aumentem o seu soldo acompanharão quem quer que seja contra nós”. (In: Austin e Vidal-Naquet, 1972:313).

Aristófanes representou com cores fortes o quadro da miséria desse período. A necessidade de manter-se vivo, nesses tempos difíceis, gerava comportamentos antes desconhecidos. Os tribunais, até então vistos como lugar de justiça, tornaram-se sinônimo de emprego, e a moralidade foi sendo alterada. Por exemplo: para participar das sessões nos tribunais, os indivíduos tinham que correr cedo para essas instituições, em busca de causas para julgar, pois, caso não houvesse processos ou não fossem sorteados para participar das sessões, não receberiam pagamento ou trióbolo.¹¹ A ameaça constante da fome e a convivência com a constante incerteza de fornecer alimentação à família criavam comportamentos desusados. Em *As Vespas* (422 a.C.), Aristófanes expõe-nos as angústias daqueles tempos, em que os cidadãos começavam a ver os tribunais sob outro ângulo:

Uma criança: Diz-me, pai, se o Arconte não abrir hoje o tribunal, que haveremos de almoçar?

Coro: Ai! Ai! Por Zeus, não sei realmente como almoçaríamos! (Aristófanes, 1986:180, vs.305-10).

O ato político de fazer com que os pobres fossem representados nos tribunais, em vez de amenizar problemas próprios a uma sociedade de classes, criou contraditoriamente outros. A contradição já existente entre pobres e ricos cresceu, pois a igualdade política dos cidadãos não os tornava iguais em termos econômicos, fato que acirrou os conflitos sociais. No âmbito jurídico, muitas denúncias vazias surgiram, levando aos tribunais processos cujas causas inexistiam, processos montados somente para poder suprir a necessidade de pagamento dos que dependiam do sistema judiciário para sobreviver. Os homens de fortuna tornaram-se vítimas constantes de abuso nas condenações pecuniárias, sofrendo o confisco dos bens, pois a fortuna dos condenados convergia para o tesouro público, tornando-se a fonte de recursos usados para o pagamento do trióbolo. Qualquer cidadão que se sentisse lesado ou

que suspeitasse do comportamento de alguém poderia apresentar queixa ao magistrado. “Se o acusado fosse reconhecido culpado, o acusador receberia como recompensa, no séc. V a.C., três quartos da multa aplicada, e, no séc. IV a.C., a metade”. (Aristófanes, 1986:160).

Essa prática era continuamente incentivada, o que acarretava o crescimento do número de delatores, cuja maior parte era constituída de políticos demagogos que, certos de agradar ao povo, encaminhavam inúmeros processos, denunciando, a “torto e a direito”, conspirações com o estrangeiro. Em *As Vespas*, Aristófanes denuncia o quanto o pagamento pelos julgamentos dos processos tornou o sistema judiciário uma arma política em defesa de interesses particulares.

Corifeu- (...) Mas apressemo-nos, companheiros, hoje é julgamento de Laques.¹² É voz corrente que ele possui um cortiço cheio de dinheiro. Por isso, ontem Cleão, nosso protetor, nos pediu para chegar na hora, com uma provisão de cólera terrível de três dias, para o punirmos de seus crimes. (Aristófanes, 1986:178, vs.243-48).

O fato é que, quanto mais aumentava a situação de miséria, mais se estreitava a dependência do cidadão empobrecido em relação ao Estado, possibilitando o fortalecimento do poder dos políticos demagogos, que, certos de agradarem o povo, usavam desse expediente para pilhar legalmente os ricos. Cresciam, assim, a legislação sobre o confisco de bens e a multiplicação de multas. Fortunas faziam-se e desfaziam-se, com a maior rapidez, em nome de acusações falsas. A justiça, pervertida em seu ideal antigo, levava os homens dessa época a reverem, a questionarem e a duvidarem de seus próprios valores.

Esse ambiente de suspeita generalizada e crescente, no qual o número de processos crescia na mesma proporção, explica as críticas de Aristófanes aos tribunais. É por isso que ele induzia à comparação da sociedade humana com um vespeiro: no lugar de homens que fazem justiça, zangões que ferroam. A importante função de julgar com seriedade transforma-se em “*mania de julgar*” e os critérios tornam-se mesquinhos e oportunistas. Uns ganhavam para denunciar, outros para julgar e condenar, formando um círculo vicioso. Os juizes, manipulados, apoiavam nas assembleias ou nos

¹¹ Trióbolo, pagamento efetuado aos juizes, que eram sorteados, para participar das sessões nos tribunais.

¹² “O general Laques comandou a frota enviada à Sicília, em 427, em socorro a Leontinas, mas foi derrotado. No retorno prestou contas, como era de praxe, dos gastos feitos. Em 422 lutava com Délion e, em 423, foi autor das tréguas por um ano com os espartanos. Inimigo de Cleão sobretudo por ser rico e do partido aristocrata, o cupido demagogo vivia perseguindo-o e acusando-o de peculato”. (Aristófanes, 1986:178).

tribunais a política dos fornecedores de causas a julgar. O sistema judiciário compunha-se de um conjunto de acusados, cúmplices e corruptos. Como confiar no exercício de tal justiça?

Diante de tal realidade, as leis que serviam para organizar a sociedade e garantir o bem estar social¹³ passam a ser desrespeitadas, os indivíduos passam a buscar o que é mais conveniente particularmente, ignorando os valores coletivos e as coisas públicas. A preocupação com a vida coletiva e com a política em geral cai em desuso. Os antigos critérios tornam-se tênues e sem nenhuma importância para a sobrevivência da cidade ou para a sobrevivência pessoal. Como não existe mais um princípio geral normativo nem verdades absolutas comuns a todos, emerge o direito subjetivo, ou seja, a interpretação dos fatos depende muito do sujeito que os observa. Ganha força a máxima criada por Protágoras (486-376 a.C.) de que “o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são, e das que não são enquanto não são.” Assim, tudo o que era regra geral, convenção social, princípios, valores de convivência social, passa a depender das circunstâncias e da interpretação individual. O dilema está posto, cabendo ao cidadão escolher entre cumprir e não cumprir a lei, ser moderado ou agir de acordo com seus próprios interesses sem garantias de maior sucesso.

A crise da sociedade aumenta na medida em que as normas ou leis perdem o caráter de padrão de comportamento e o homem se torna a *medida de todas as coisas*. Ter em si mesmo a justificativa para qualquer ato favorece a morte do Estado como um ordenador da sociabilidade. Essa é uma preocupação que Platão (430-347 a.C.), revela-nos em *Diálogos*, quando a personagem *Sócrates* diz: “Acreditas que um Estado pode subsistir quando as sentenças legais nele não têm força e, o que é mais grave, quando os indivíduos as desprezam e destróem?” (Platão, 1996:109).

Diante desse quadro, é impossível não pensar no significado das mudanças e em suas conseqüências para a educação. Como também pensar a educação enquanto um modelo definido?

O descrédito no Estado produz um novo homem, insatisfeito e inseguro, o que, obrigatoriamente, refletir-se-á na educação. Frente à

nova realidade, as antigas virtudes de solidariedade, lealdade, respeito às leis, às tradições, aos laços familiares, ao espírito cívico, à disciplina, etc., não têm mais valor, não devem ou não podem ser apregoadas porque estão destinadas ao fracasso. Com isso, gregos questionam-se sobre o que é bom, justo e útil, pois perderam os referenciais de como interpretar as ações humanas, comprometendo a clareza da educação a ser ministrada às novas gerações. Aristófanes satiriza o fato dos conhecimentos terem virado de “cabeça para o ar”, afirmando que o que era justo se torna injusto e o que era certo se torna errado. Diz ele em *As Nuvens*:

Sofisma: Porém há de convir que hoje as coisas mudaram. O que era errado no teu tempo, é o certo e a moda agora. (Aristófanes, 1988:101).

Esse quadro de perplexibilidades e indefinições, existente na sociedade ateniense, diante das transformações sociais, inclui a própria educação. São, pois, grandes as dificuldades com que se defrontam os que discutem o futuro dos jovens naquele momento, uma vez que a maioria dos comportamentos, por contrariarem as velhas regras, não dão certezas quanto à certeza de obter sucesso com as novas atitudes ou mesmo manter o nível de vida já conquistado. A educação também torna-se confusa e incerta.

Dúvidas e indefinições educacionais

As discussões encaminhadas sugerem-nos alguns questionamentos sobre a época atual, tais como: diante das dúvidas e incertezas sociais, que certezas se pode ter dentro da escola? Que direção a prática educativa toma no interior da sociedade que não encontra claramente o seu caminho? Que postura assume a educação diante das indefinições sociais?

Da análise empreendida, concluímos que a educação é a expressão do conteúdo de uma dada sociedade num determinado momento histórico; ela reflete as aspirações sociais e, por isso mesmo, não deixa de espelhar até mesmo aquelas bastante confusas para a maioria da população.

Diante da realidade imprecisa, perde-se qualquer referência. A desvinculação do homem de sua exterioridade faz com que não exista mais uma verdade única para todos; vivencia-se a perda de parâmetros. Deste modo, a educação que, em geral, precisa de uma norma como ponto de partida, não pode ser pensada como algo precisamente definido. Os autores gregos expõem, em seus debates, as incertezas de sua época, quanto ao que deve ser ensinado às novas gerações, se a educação à maneira tradicional ou a nova educação, ou seja, deve-se

¹³ A pólis democrática, que se caracteriza pela sistemática luta pela apropriação privada da riqueza, fragmenta a sociedade em sujeitos autônomos e com interesses privados, transformando a atividade política individual na única condição para a reprodução do coletivo. O Estado democrático teve, portanto, por princípio, o respeito às leis, para garantir a integração do homem à coletividade, numa tentativa de diminuir os conflitos sociais, equilibrar as forças antagônicas e ajustar as atitudes humanas opostas.

ensinar a moral ou a retórica? Nós nos comportamos hoje de forma semelhante.

O antigo modelo educacional dos gregos fazia parte de um período em que os homens estavam empenhados na construção da *pólis* ateniense, os indivíduos, independentizados dos laços gentílicos, uniam-se numa comunidade, na qual o Estado e suas leis eram elementos reguladores, responsáveis por preservar a ordem e o equilíbrio, harmonizando os conflitos e os interesses particulares. A educação tinha como ideal a formação do cidadão para o desempenho de suas funções e para a manutenção do equilíbrio e bom funcionamento da sociedade, estimulando o respeito às leis, aos interesses coletivos, às tradições religiosas, aos laços familiares, e valorizando a atividade guerreira como atividade cívica para a defesa militar da cidade. Tratava-se de formar um homem cuja virtude estava na disciplina, lealdade, moderação e solidariedade.¹⁴

Com a Guerra do Peloponeso, esses princípios foram profundamente abalados e o homem perdeu a noção de coletividade, passando a pensar como indivíduo autônomo, emancipando-se dos demais pares, da relação social para se produzir. Inicia-se, então, uma luta individualizada pela vida e, de forma cada vez mais exacerbada, os interesses individuais acabam sobrepondo-se ao coletivo. Nos limites e contradições da sociedade em crise, exige-se uma educação que estimule o indivíduo, através de suas habilidades e criatividade particulares, a encontrar novas condições de sobrevivência. Ser um bom retórico torna-se uma condição primordial para sobreviver nesta sociedade pautada nas relações comerciais e diplomáticas e na crescente participação dos homens na vida pública, tanto nas assembleias como nos tribunais. Falar bem torna-se indispensável para obter riquezas, honra e poder. Nestas circunstâncias é necessário o conhecimento primoroso da língua para falar com correção; o conhecimento da argumentação perfeita para escolher os bons termos; a habilidade na seleção das idéias e na organização do pensamento é condição fundamental para que o discurso se torne convincente e persuasivo, de forma a obter êxito. Assim, atendendo às novas exigências sociais, surge a educação sofisticada em substituição ao modelo *antigo*.

Ao mesmo tempo em que respondiam às necessidades da sociedade e baseavam seu ensinamento em um novo saber e uma nova ética, os sofistas geravam todo o tipo de suspeitas e dúvidas. Embora o homem tivesse encontrado um meio de intervir na sociedade, de defender seu ponto de vista e de impor suas idéias, através da retórica, não trilhava esse caminho com

segurança. Numa sociedade cujas marcas são o individualismo, a ambição e o oportunismo, a nova forma de educação torna-se uma arma bastante perigosa nas mãos daqueles indivíduos desonestos que, utilizando-se dos argumentos eloqüentes, transformavam-nos em meios de contradizer as leis nos tribunais, de manobrar a opinião pública em defesa dos seus interesses particulares. Dessa forma, a educação passa a ser vista como algo nocivo à sociedade e alvo de muitas críticas e desconfianças.¹⁵

Nessa situação em que o novo estava sendo forjado, e o velho ainda subsistia, os homens, divididos entre as duas formas de educação, perguntavam-se qual era a mais adequada. Isso é revelado por Aristófanes através do personagem Crêmilo, em *Pluto*. Tal fato ocorre porque os homens sentem dificuldades para saber o que está adequado ou não, às novas necessidades sociais.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar, depois do exposto, que diante das novas necessidades sociais, torna-se necessário aos homens encontrarem novas formas de adaptação às novas circunstâncias de vida que eles próprios criaram, para continuar encontrando meios de garantir sua existência. Para isso, é necessário criar um novo modelo educacional adequado às novas exigências da sociedade. De um lado, se a educação *tradicional* perde sua razão de existência por não corresponder mais às necessidades de uma sociedade, de outro o novo não surge de forma automática e instantânea em substituição ao modelo anterior. A nova prática educativa precisa ser produzida, à medida que ela não está previamente determinada. O novo constrói-se como um processo que representa, ao mesmo tempo, a negação e a superação da educação já existente, sem que os homens saibam exatamente o que é mais apropriado para ensinar ou aprender,¹⁶ revelando a falta de

¹⁵ Aristófanes, 1986:280, Aristófanes, 1984:84-8, vs.889-928; Aristóteles, 1978:156; Aristóteles, 1996:79; Platão, 1986:63-4, vs. 454-5a; Platão, 1980 a:48; vs.31c-d-e3; Xenofonte, 1996:175.

¹⁶ Os *Diálogos* platônicos, entre outras obras, ajudam-nos a revelar a autêntica batalha travada na construção das novas diretrizes educacionais. No século V a.C., a discussão pedagógica existente e os debates sobre a nova prática educacional são marcados pelas divergências entre os adeptos da concepção sofisticada e os adeptos da concepção tradicional. Por isso, não se pode falar em unidade no ensino grego do século V a.C., quando este é caracterizado por uma multiplicidade de processos, métodos e intenções políticas divergentes. Outro dado importante retirado dessa nossa análise é que os defensores da sofisticada não partilhavam de um conhecimento consensual sobre as questões que debatiam. Na verdade, a unidade dos sofistas só passava pela certeza de que o importante era ensinar a arte de vencer. Os debates travados na construção das novas diretrizes educacionais são marcados pela falta de consenso entre os adeptos da concepção sofista, quanto aos conteúdos métodos e intenções políticas. Para uns era necessário ensinar gramática, aritmética e música, fornecer um educação profissional determinada, para outros a formação política nos limites da retórica utilitarista era a melhor proposta, como podemos observar em: Platão, 1980 a:54; Platão, 1980 b:71; Platão, 1980:21.

¹⁴ Platão, 1980 a:62, vs.326c e, Aristófanes, 1996:103-4 e 271-2.

direcionamento da educação durante o processo de transição social.

A essa altura, caberiam algumas perguntas: Quais são as possibilidades de atuação da educação diante de uma sociedade cujas marcas são a falta de definição? Ou, como fazer para definir o que se deve ensinar diante de uma realidade imprecisa?

As respostas às essas indagações não são, portanto, tão simples para os homens que estão vivendo o processo de destruição das antigas relações. Eles não conseguem vislumbrar com clareza nem a nova forma de produzir nem quais os comportamentos sociais e educacionais necessários. No entanto, toda sociedade tem a necessidade de definir-se a esse respeito, e é essa luta pela definição que faz com que os homens, com o passar do tempo, se lancem em procuras incertas ou até mesmo inúteis. A procura, no entanto, é necessária e, ao longo do tempo, em consonância com o amadurecimento das novas condições, gestadas no interior das relações anteriores, o novo caminho a ser seguido será descoberto ou criado, e a educação converte-se-á numa ação consciente, intencional e planejada.

Referências bibliográficas

- Aristófanes. *Pluto: a riqueza*. 2.ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro e Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. (Col. Textos Clássicos; 11).
- Aristófanes. *A paz*. 2.ed. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. (Coleção Textos Clássicos; 17).
- Aristófanes. *Os cavaleiros*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985. (Coleção Textos Clássicos; 24).
- Aristófanes. *As nuvens*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988. (Coleção Universidade de Bolso).
- Aristófanes. As rãs. In: Brandão, J.S. *Teatro grego*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.
- Aristóteles. Organon-dos elencos sofísticos. In: *Aristóteles*. 2.ed., São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Pensadores).
- Anderson, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1982.
- Austin; Vidal Naquet. *Economia e sociedade na Grécia Antiga*. Lisboa: Ed. 70, 1972.
- Eurípides. *Medéia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. V. 3.
- Marx, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- Mossé, C. *As instituições gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.
- Nagel, L.H. Aristófanes: também um modo de pensar a educação. *Rev. Unimar*, 15(1)15-20, 1993.
- Nagel, L.H. *Projeto: a educação que não conhecemos*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1991.
- Platão. Diálogos. In: *Platão*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).
- Platão. Górgias ou oratória. 2.ed., São Paulo: Difel, 1986.
- Platão. Protágoras. In: *Diálogos de Platão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980a. V. 3/4.
- Platão. Hípias. In: *Diálogos de Platão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980b. V. 3/4.
- Platão. Teágenes. In: *Diálogos de Platão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980c. V. 10.
- Platão. Górgias. In: *Diálogos de Platão*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980d. V. 3/4.
- Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.
- Xenofonte. Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates. In: *Sócrates*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção: Os Pensadores).

Received on March 30, 1999.

Accepted on February 17, 2000.